

O DISTANCIAMENTO SOCIAL NA PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS

SOCIAL DISTANCING IN THE PERCEPTION OF BRAZILIANS

DISTANCIA SOCIAL EN LA PERCEPCIÓN DE LOS BRASILEÑOS

João Henriques de Sousa Júnior ⁱ 

Gabriel Horn Iwaya ⁱⁱ 

Janáina Gularte Cardoso ⁱⁱⁱ 

Miriam Leite Farias ^{iv} 

Bianca Gabriely Ferreira Silva ^v 

Resumo: Desde a confirmação de contaminações pela COVID-19 no Brasil, o governo federal, através do Ministério da Saúde, e os governos estaduais e municipais têm adotado medidas de restrição visando a diminuição da proliferação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), dentre elas o distanciamento social. Nesse sentido, o presente artigo objetiva compreender as percepções e o comportamento dos brasileiros acerca desta medida. Para tanto, realizou-se um estudo de métodos mistos cuja coleta de dados deu-se a partir de survey online com 618 respondentes e entrevistas semiestruturadas com 11 indivíduos residentes dos estados Pará, Paraíba, Pernambuco e São Paulo. Os resultados apontam que há conscientização popular da importância do distanciamento social, porém fatores emocionais e financeiros são percebidos como influências para a não continuidade da adoção desta medida.

Abstract: Since the confirmation of contamination by COVID-19 in Brazil, the federal government, through the Ministry of Health, and state and municipal governments have adopted restrictive measures aimed at reducing the proliferation of the new coronavirus (SARS-CoV-2), among they are social distance. In this sense, this article aims to understand the perceptions and behavior of Brazilians about this measure. For this purpose, a study of mixed methods was carried out, whose data collection was based on an online survey with 618 respondents and semi-structured interviews with 11 individuals living in the states of Pará, Paraíba, Pernambuco and São Paulo. The results show that there is popular awareness of the importance of social distance, but emotional and financial factors are perceived as influences for the non-continuity of the adoption of this measure.

Resumen: Desde la confirmación de la contaminación por COVID-19 en Brasil, el gobierno federal, a través del Ministerio de Salud, y los gobiernos estatales y municipales han adoptado medidas restrictivas destinadas a reducir la proliferación del nuevo coronavirus (SARS-CoV-2), entre Son distancia social. En este sentido, este artículo tiene como objetivo comprender las percepciones y el comportamiento de los brasileños sobre esta medida. Para este propósito, se realizó un estudio de métodos mixtos, cuya recopilación de datos se basó en una encuesta en línea con 618 encuestados y entrevistas semiestructuradas con 11 personas que viven en los estados de Pará, Paraíba, Pernambuco y São Paulo. Los resultados muestran que existe una conciencia popular de la importancia de la distancia social, pero los factores emocionales y financieros se perciben como influencias para la no continuidad de la adopción de esta medida.

Palavras-chave: COVID-19; Distanciamento social; Sociedade; Brasil.

Keywords: COVID-19; Social distancing; Society; Brazil.

Palabras claves: COVID-19; Distanciamiento social; Sociedad; Brasil.

INTRODUÇÃO

Dezembro de 2019 foi marcado pela descoberta de um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, após a constatação de um surto de pneumonia em Wuhan, na China, e fez os olhares do mundo voltarem-se àquele país (LANA et al., 2020). No entanto, foi no início de 2020 que toda a população mundial assistiu, preocupada, à alta disseminação da contaminação por esse novo coronavírus, ao ponto de a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar, no final de janeiro de 2020, que tratava-se de uma emergência internacional de saúde pública e, no início de março do mesmo ano, modificar sua classificação para um estágio de pandemia (SOUSA JÚNIOR et al., 2020a).

O rápido e exponencial crescimento no número de contaminados criou um alerta não apenas na comunidade científica, mas também, e principalmente, em toda a sociedade. Logo nas primeiras pesquisas realizadas constatou-se que a COVID-19, doença causada pelo SARS-CoV-2, quando comparada a outras patologias como a H1N1, apresentava baixo índice de letalidade, em contrapartida sua escala de difusão é muito mais alta, possibilitando a contaminação exponencial do vírus entre os seres humanos (SENHORAS, 2020).

Diante dessa constatação, visando combater a alta propagação do vírus na sociedade, governantes de todo o mundo começaram a se posicionar publicamente conforme as medidas indicadas pela OMS e, dessa forma, passaram a incentivar, num primeiro momento, a adoção voluntária de medidas restritivas à população.

No Brasil, apesar da existência de nove casos em investigação na data de 7 de fevereiro, a primeira confirmação de indivíduo brasileiro contaminado pelo novo coronavírus só foi anunciada pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020. Porém, neste momento, já havia sido legalmente instituída a adoção de medidas restritivas no país com a aprovação da Lei n. 13.979, também conhecida como “Lei de Quarentena”, no dia 6 de fevereiro de 2020, às pressas, objetivando repatriar os brasileiros que estavam na China naquele momento e impedir a alta circulação do vírus dentro do país (SOUSA JÚNIOR et al., 2020b; VENTURA; AITH; RACHED, 2020).

A Lei de Quarentena instituiu a aplicação imediata de duas medidas restritivas: a quarentena e o isolamento social. Ambas são medidas cuja aplicação é direcionada a indivíduos que tenham a comprovação de contaminação por COVID-19 ou que estejam com suspeitas de contaminação por duas situações: a primeira seria a suspeita a partir da apresentação de sintomas similares aos da doença, e a segunda corresponde a suspeita de contaminação por ter mantido algum tipo de contato com alguém que tenha apresentado

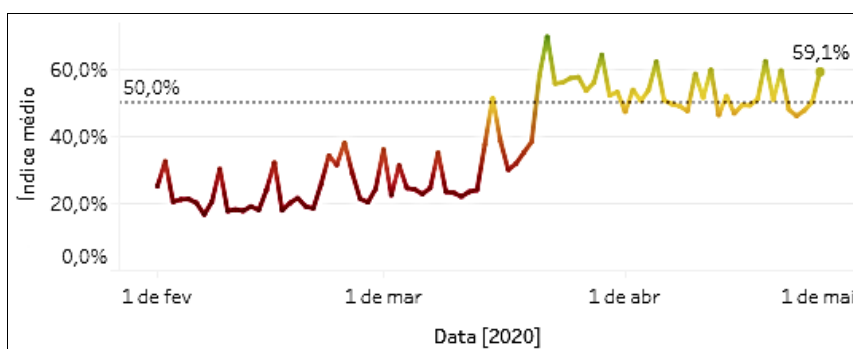
os sintomas e/ou esteja comprovadamente infectado (VENTURA; AITH; RACHED, 2020).

Porém, apesar da adoção dessas medidas, o número de confirmações de casos no Brasil começou a apresentar um sucessivo aumento, concentrando-se, inicialmente, no estado de São Paulo e, posteriormente, espalhando-se por outras capitais brasileiras, até que atingiu o nível de identificação de transmissão comunitária, isto é, quando fica impossível de se identificar a origem da transmissão.

Neste cenário, identificou-se uma exclusão de responsabilidade maior do governo federal, o que gerou manifestações populares contra e a favor nas redes sociais, enquanto o ministério da saúde e os governos estaduais e municipais, preocupados em evitar um colapso no sistema de saúde pública, começaram a adotar o distanciamento social como uma nova medida restritiva, sendo este aplicado a toda a população (independentemente de estar contaminada ou em suspeita, ou não) e consiste da proibição, por decreto, de aglomerações sociais, a partir do ordenamento de fechamento de serviços considerados não-essenciais em momentos de pandemia, tais como: educação, lazer, turismo, beleza, entretenimento e outros.

Conforme Ferguson et al. (2020, p. 6), a proposta de restrição a partir do distanciamento social só passa a ser efetivamente eficaz no combate à alta disseminação da contaminação por COVID-19 quando consegue atingir um volume de 75% da população dentro de suas casas. No entanto, conforme dados do acompanhamento da InLoco (2020), apresentados na Figura 1 a seguir, tal percentual não foi atingido quando observada a média brasileira até o final do mês de abril de 2020, tendo acontecido o pico máximo, até então, de 69,9% de média de brasileiros isolados em seus lares, na data de 22 de março de 2020 (INLOCO, 2020).

Figura 1: Evolução percentual do isolamento social no Brasil



Fonte: Inloco (2020).

Diante de todo o exposto, e objetivando contribuir não apenas na discussão científica acerca de tal medida restritiva, mas, também, na busca por trazer resultados que possam auxiliar na compreensão social e formulação de políticas públicas destinadas à conscientização popular da importância de se permanecer em distanciamento social, a presente pesquisa objetiva compreender o comportamento e as percepções dos brasileiros acerca do distanciamento social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo apresenta-se como de abordagem mista sequencial, o sequencial explanatory strategy, em que aplica-se inicialmente a parte da pesquisa cuja abordagem é quantitativa e, em seguida, a parte que utiliza-se do método qualitativo (CRESWELL, 2010). Essa sequência quanti-quali é utilizada, conforme Morse (1991), para que a pesquisa qualitativa, principalmente fazendo uso de entrevistas, possa contribuir para o aprofundamento das análises, achados e primeiros resultados obtidos na pesquisa de método qualitativo, geralmente utilizando survey.

Dessa forma, seguindo o apontamento de Morse, inicialmente realizou-se a etapa quantitativa desta pesquisa, a partir de um survey online com coleta realizada de 31/03/2020 à 06/04/2020, que utilizou-se de um questionário criado no Google Formulários e disponibilizado através de redes sociais virtuais (WhatsApp, Facebook e Instagram) e correio eletrônico, utilizando amostragem não-probabilística.

Os critérios para participação na etapa quantitativa da pesquisa foram: ter idade igual ou superior a 18 anos e não pertencer ao grupo de trabalhadores de serviços essenciais, uma vez que os indivíduos que possuem trabalhos considerados essenciais não tiveram suas atividades interrompidas, isto é, não poderiam realizar o distanciamento social. Nesse contexto, esta etapa alcançou uma amostra final de 618 respondentes advindos de 17 estados brasileiros, sendo a maioria (85,11%) residente dos estados que compõem a região sul do país. Os dados desta etapa foram analisados a partir da análise de estatística descritiva, onde foram observadas, principalmente, as frequências das respostas.

Na etapa qualitativa, por sua vez, foram realizadas entrevistas no período de 20 a 27 de abril de 2020 com 11 participantes selecionados a partir da técnica de bola de neve, residentes dos estados: Pará (PA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e São Paulo (SP).

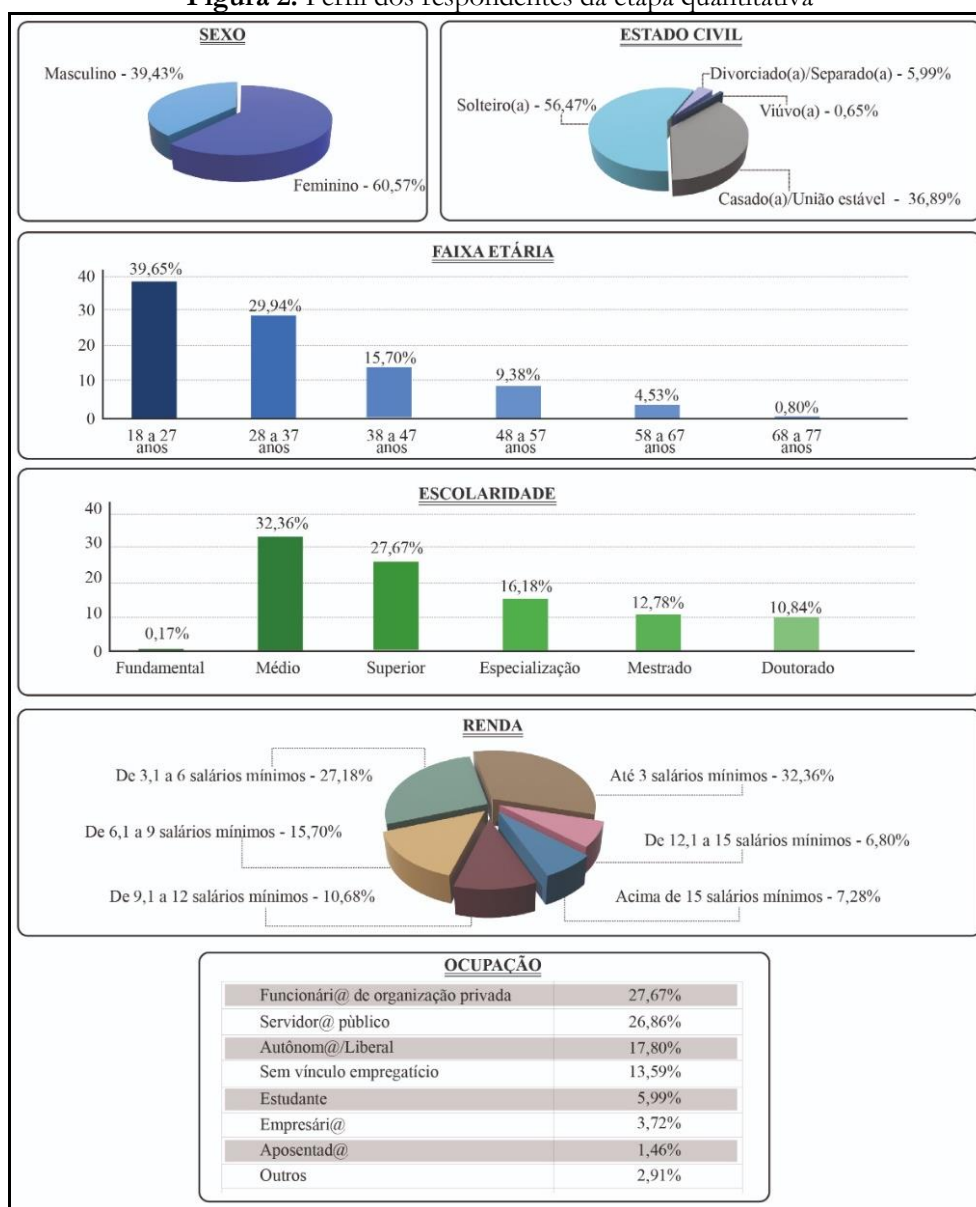
Todas as entrevistas foram realizadas de forma virtual a partir de chamadas de áudio ou vídeo utilizando como ferramenta mediadora um aplicativo de mensagens instantâneas. As entrevistas tiveram duração média de 17 minutos, e todos os áudios foram

gravados e transcritos de forma íntegra. As transcrições foram, então, relidas e analisadas com base na análise de conteúdo temática.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os perfis dos participantes que compõem esta pesquisa são apresentados a partir dos respondentes da etapa quantitativa e dos sujeitos da qualitativa. Os primeiros compreendem 618 indivíduos, prevalentemente do sexo feminino (60,52%), entre 18 e 27 anos (39,65%), solteira (56,47%), com ensino médio completo (32,36%), funcionária de organização privada (27,67%) cuja renda familiar é de até 3 salários mínimos (32,36%), conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2: Perfil dos respondentes da etapa quantitativa



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Dentre os entrevistados, assim como constatado na etapa quantitativa, também há predominância do sexo feminino, solteira, com idade entre 26 (mínima) e 67 anos (máxima), como representa a Tabela 1.

Tabela 1: Perfil dos sujeitos da etapa qualitativa

Código	Sexo	Idade	Ocupação	Renda (R\$)	Estado civil	Escolaridade	Estado
E1	Feminino	26	Estudante	4.700,00	Solteira	Mestranda	PE
E2	Feminino	67	Médica pediatra	10.500,00	Casada	Especialista	PB
E3	Masculino	56	Servidor Público	9.600,00	Casado	Mestre	PB
E4	Feminino	26	Maquiadora	5.000,00	Solteira	Graduada	PB
E5	Feminino	27	Telemarketing	1.500,00	Solteira	Graduada	PB
E6	Feminino	26	Estudante	1.500,00	Solteira	Mestranda	SP
E7	Feminino	27	Estudante	2.200,00	Solteira	Doutoranda	PA
E8	Feminino	33	Desempregada	0,00	Solteira	Especialista	PE
E9	Feminino	35	Fisioterapeuta	2.000,00	Casada	Mestra	PE
E10	Feminino	27	Autônoma	1.500,00	Casada	Graduada	PE
E11	Feminino	33	Coordenadora acadêmica	7.000,00	Solteira	Mestra	PE

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

ANÁLISE QUANTITATIVA

Considerando a implementação do distanciamento social em diversos estados brasileiros a partir do dia 18 de março de 2020, os respondentes deste estudo foram questionados quanto à sua permanência em tal medida observando-se o período de 25 a 31 de março de 2020 como sendo “os últimos sete dias”. Constatou-se que 95,79% da amostra afirmou ter permanecido em distanciamento social, sendo que, destes, 64,89% o fizeram durante os sete dias e 23,79% o fizeram durante seis dias.

Observa-se a expressividade de tais resultados, e pode-se justificar pelo próprio perfil dos respondentes desta amostra, que compreendem, em sua maioria funcionários de organizações privadas e servidores públicos, o que pode ter facilitado a adoção desta medida restritiva. Outro ponto a ser considerado é que esse percentual

Ainda, os respondentes concordaram que permanecer em distanciamento social por alguns dias seria uma escolha sensata (89,32%), que lhes fariam sentir-se bem (70,23%), seguros (85,44%) e tranquilos (79,77%). No entanto, apesar de 88,68% revelarem ter intenção de permanecer em distanciamento social, mais da metade dos participantes (63,20%) considerou que essa decisão não dependia unicamente da sua vontade. Enquanto que, 37,08% afirmaram não considerar que seria fácil permanecer em distanciamento social, e 28,60% apontaram não poder seguir esta medida.

Um dos motivos para a não-permanência em distanciamento social deve-se ao fato de uma parte considerável (33,98%) não possuir condições financeiras para tal. Outra motivação para a não-adoção desta medida pode ser explicada por fatores emocionais, uma vez que 29,77% dos respondentes não concordou que se sentiria bem estando distanciados socialmente.

ANÁLISE QUALITATIVA

As entrevistas demonstraram a percepção dos sujeitos quanto a influência do distanciamento social em suas atividades diárias. Enquanto as estudantes E1, E6 e E7 afirmaram estar dando continuidade ao cronograma de estudos de forma online, a médica E2 afirma que, por sua especialidade, está realizando consultas por telefone na maioria dos casos. E3 e E11 estão realizando home office e as demais entrevistadas estão com seus serviços parados, dedicando-se às rotinas domésticas.

A influência vai desde a percepção de maior tempo para realizar atividades, como destaca a E7: “vivia uma rotina de trabalho muito estressante, muito ‘puxada’ [...] E agora, eu tenho tempo pra fazer coisas que eu não tinha tempo antes”; até a utilização da internet para dar continuidade às demandas de trabalho, como ressalta o E3: “criamos um grupo de trabalho na internet, pra estar se comunicando, eu sou o coordenador do setor que trabalho, aí temos, além dos e-mails, um grupo no Whatsapp e estamos fazendo videoconferências”.

Porém, nem todos os relatos são positivos, e, corroborando com os achados da etapa quantitativa, identificou-se influência dos fatores emocionais, como na fala da E2: “eu sou uma pessoa muito ativa [...] e de repente fiquei parada, sem fazer nada. [...] Tô tendo muita paciência e confiança que isso vai passar”; e dos fatores financeiros, como explicita a E4: “é muito ruim, [...] me pegou de surpresa [...] não estou recebendo nada, como eu sou autônoma [...] me cadastrei no auxílio, mas ainda não obtive resposta, até agora não recebi nada, já vai fazer 40 dias que estou sem receber nenhum real”.

No entanto, apesar de serem reconhecidas as influências emocionais e financeiras, os participantes desta pesquisa afirmaram manter-se em distanciamento social, por compreenderem a gravidade que tal pandemia pode ter, não apenas na sua saúde pessoal, mas, também, no contexto da saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que a atual pandemia da COVID-19 impôs várias mudanças e desafios não apenas aos gestores públicos, mas também, e, principalmente, à sociedade. Isto porquê o

mundo todo tem assistido ao avanço no número de casos confirmados, enquanto, em paralelo, vê suas atividades diárias tomando novas formas ao mesmo passo em que observa, ainda que lentamente, o surgimento e efetivação de novas tendências educacionais, políticas, econômicas e sociais.

Nesse contexto, a presente pesquisa objetivou compreender como os brasileiros estão percebendo a medida restritiva de distanciamento social, a partir de seus comportamentos e perspectivas, investigados em uma abordagem de método misto.

Conforme os resultados apresentados neste estudo, constata-se que há, entre os participantes, a conscientização popular da importância da permanência em distanciamento social, porém, nem existe uma parcela considerável que afirma não ter autonomia para decidir pela continuidade da adoção e permanência desta medida restritiva, principalmente por questões financeiras.

Esta é, infelizmente, uma realidade recorrente no Brasil, uma vez que não apenas há uma maioria absoluta de brasileiros pertencentes às classes médias e baixa da população, mas, também e principalmente, por não haver uma conscientização financeira adequada na população, o que acaba favorecendo para que haja um favorecimento ao consumismo e ao endividamento, fatores que terminam prejudicando ainda mais a saúde financeira quando em momentos de crise, como a que se vislumbra no cenário mundial pós-pandemia da COVID-19.

Ainda sobre o comportamento de permanência apresentado entre os respondentes deste estudo, identificou-se que, além da questão financeira, os fatores emocionais também exercem influência na tomada de decisão pela continuidade na adoção do distanciamento social, pois, identificando-se como pessoas ativas, os participantes desta pesquisa demonstraram suas insatisfações quanto a permanecerem isolados em seus lares ao afirmarem não considerar que seria fácil, que não se sentiriam bem e que estariam tristes por não conseguirem desempenhar suas funções habituais de suas rotinas diárias que possuíam.

Em contrapartida, um percentual relevante dos participantes também afirmou que o período em distanciamento social os força a ter mais tempo livre que pode ser aproveitado para realizarem atividades que outrora não conseguiriam realizar e, ainda, desenvolverem novas habilidades que tinham interesse em aprender, porém não havia disponibilidade.

Dito isto, reforça-se a importância da conscientização social de que, apesar das dificuldades em lidar com as situações impostas quando da adoção do distanciamento

social, faz-se necessário seguir as recomendações da OMS e das secretarias de saúde e autoridades sanitárias competentes para que sejam evitadas maiores problemáticas a nível individual e coletivo, como o colapso da saúde pública a partir do grande número de indivíduos internados nas enfermarias e unidades de terapia intensiva (U.T.I.), o que geraria filas de espera por atendimento, falta de profissionais em quantidade suficiente e capacitados, e disputas pela utilização de equipamentos cuja quantidade disponível não supre a demanda.

Este estudo apresenta limitações, como a impossibilidade de generalização dos resultados e alta taxa de respondentes de uma região, porém tal situação não compromete as análises e discussões realizadas. Como sugestões para estudos futuros, aponta-se o aprofundamento da investigação dos temas emocionais e financeiros nas tomadas de decisões neste período de pandemia, bem como a busca por maior compreensão acerca das influências da pandemia no trabalho de profissionais autônomos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

REFERÊNCIAS

- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda França Lopes. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FERGUNSON, N.; LAYDON, D.; NEDJATI GILANI, G.; IMAI, N.; AINSLIE, K.; BAGUELIN, M.; et al. Report 9: Impacto of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID19 mortality and healthcare demand. Imperial College, Londres, 2020.
- INLOCO. Índice de isolamento social. Mapa brasileiro da COVID-19. Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/?hsCtaTracking=68943485-8e65-4d6f-8ac0-af7c3ce710a2%7C45448575-c1a6-42c8-86d9-c68a42fa3fcc>. Acesso em: 28/04/2020.
- LANA, R. M.; COELHO, F. C.; GOMES, M. F. D. C.; et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 3, 2020.
- MORSE, J. M. Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation. Nursing Research, v. 40, n. 1, p. 120-132, 1991.
- SENHORAS, E. M. Coronavírus e o papel das pandemias na história humana. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 1, n. 1, 2020.

SOUSA JÚNIOR, J. H.; RAASCH, M.; SOARES, J. C.; RIBEIRO, L. V. H. A. S. Da desinformação ao caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil. *Cadernos de Prospecção*, v. 13, n. 2, 2020a.

SOUSA JÚNIOR, J. H.; RIBEIRO, L. V. H. A. S.; SANTOS, W. S.; SOARES, J. C.; RAASCH, M. “#FiqueEmCasa e Cante Comigo”: Estratégia de entretenimento musical durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 2, n. 4, p. 72-84, 2020.

VENTURA, D. F. L.; AITH, F. M. A.; RACHED, D. H. A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, 2020.

Recebido em 23 mai 2020.

Publicado em 01 jun 2020.

ⁱ Doutorando em Administração – Universidade Federal de Santa Catarina e Mestre em Administração – Universidade Federal de Pernambuco.

ⁱⁱ Doutorando e Mestre em Psicologia – Universidade Federal do Tocantins.

ⁱⁱⁱ Professora do Departamento de Administração – Universidade Federal da Fronteira Sul. Doutoranda e Mestra em Administração – Universidade Federal de Santa Catarina.

^{iv} Doutoranda e Mestra em Administração – Universidade Federal de Pernambuco.

^v Doutoranda e Mestra em Administração – Universidade Federal de Pernambuco.